



**PROJETO
PROCESSO PROSPECTIVO
DESENVOLVIMENTO BRASIL 2035**

**ETAPA:
Análise Morfológica**

**Construção dos Cenários Globais – Contrastantes e Confrontantes
e
Construção dos Cenários Parciais por TEMA**

OBS.: *Utilizou os Resultados da Atividade Análise do Impacto Cruzado - software MICMAC*

Coordenador Geral do NAP PLP: Prof. Dr. Adalberto A. Fischmann

Coordenador Técnico: Prof. Dr. Antônio L. Aulicino

Revisores Voluntários:

**Antônio Jacó da Silva
Armando Dal Colletto
Clarice Kobayashi
Eduardo Schneider
Sumaya Neves**

São Paulo
Julho – agosto 2017
Modificado em 26 de outubro de 2017

Sumário

Construção dos Cenários Globais.....	1
Participantes.....	1
Conceito sobre Cenário.....	1
Construção de Cenários do Processo Prospectivo Desenvolvimento Brasil 2035.....	3
Descrição dos Cenários Globais.....	4
Construção dos Cenários Parciais.....	8
Construção dos Cenários Parciais do TEMA 1: Vivência e Responsabilidade Coletiva.....	9
Descrição dos Cenários Parciais do TEMA 1: Vivência e Responsabilidade Coletiva.....	10
Construção dos Cenários Parciais do TEMA 2: Educação para desenvolvimento da cultura, respeito ao meio ambiente em segurança.....	13
Descrição dos Cenários Parciais do TEMA 2: Educação para desenvolvimento da cultura, respeito ao meio ambiente com segurança.....	14
Construção dos Cenários Parciais do TEMA 3: Governança e Gestão.....	16
Descrição dos Cenários Parciais do TEMA 3: Governança e Gestão.....	17
Construção dos Cenários Parciais do TEMA 4: Economia, Política e Infraestrutura.....	19
Descrição dos Cenários Parciais do TEMA 4: Economia, Política e Infraestrutura.....	21

FIGURAS

Figura 1 Esquema de Integração e Interação entre os Temas e as Variáveis-chave.....	8
--	----------

CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS GLOBAIS

Participantes:

- **Adalberto Américo Fischamann**
- **Antonio Luis Aulicino**
- **Ana Maria Antunes**
- **Ana Victória Vieira Martins Monteiro**
- **Antonia Pinheiro**
- **Antônio Jacó da Silva**
- **Armando Dal Colletto**
- **Christian Bittencourt**
- **Clarice Kobayashi**
- **Eduardo Rodrigues Schneider**
- **Fernando Mario Rodrigues Marques**
- **Neuseli Martins Costa**
- **Roberto Goldstein**
- **Rubens C. Pereira**
- **Sheila Serafim da Silva**
- **Sumaya Suely Andre Carnevalli Neves**
- **Silvia Elena Neubern de Freitas Fiume**
- **Terezinha J. F. Franca**

Conceito sobre Cenários

Cenário é uma ferramenta para ordenar as percepções sobre ambientes futuros alternativos nos quais as consequências de sua visão vão acontecer. O nome cenário deriva do termo teatral “cenário”, de peças de teatro ou filmes, (SCHWARTZ, 2000).

Os cenários são construídos a partir das hipóteses estabelecidas para cada uma das variáveis-chave, segundo François de Jouvenel (2009).

Considerações práticas para construção de Cenários:

- um cenário pode utilizar somente uma hipótese por variável-chave;
- a mesma hipótese pode ser utilizada em diferentes cenários;
- cada um dos cenários deve ter coerência e conter os mesmos ingredientes e, por conseguinte, incluem uma hipótese de cada variável;
- os cenários devem ser construídos na reunião do Comitê Local Técnico Prospectivo;
- os cenários devem ser contrastantes e confrontantes;
- há necessidade de saber, precisamente, qual é o encadeamento das hipóteses que estrutura cada um dos cenários, para isso necessita identificar as variáveis mais motrizes. Esse encadeamento deve ser efetuado de forma individualizada, graficamente, codificando o quadro morfológico por cores, setas coloridas, etc.;
- algumas vezes, ao analisar as hipóteses propostas de uma variável, verifica-se que elas não cobrem todas as possibilidades e faltou uma, que pode ser útil ao cenário. Deve ser acrescentada e registrada na ficha da variável;
- outras vezes, verificam-se hipóteses não utilizadas no cenário. Analisar essas hipóteses e verificar se há possibilidade de construir um cenário interessante.

Dentro dum sistema complexo com muitas variáveis:

- recomenda-se ter uma fase intermediária. Dividir o conjunto de variáveis motrizes (influentes) em subconjunto de variáveis entorno de um mesmo tema ou de um mesmo grupo de atores; A partir dos subconjuntos de variáveis construir cenários parciais para depois construir os cenários globais;
- neste caso haverá duas fases, uma intermediária, que construirá cenários parciais; e a outra é a construção dos cenários globais que trata os cenários parciais como hipóteses, cujo encadeamento construirá os cenários globais;
- os cenários parciais devem ser descritos, com muito mais detalhe que as hipóteses, mas não tão extenso quanto os cenários globais. Dessa maneira, facilita a descrição dos cenários globais no final do processo;
- os cenários parciais devem ser contrastantes e confrontantes.

A descrição dos Cenários deve ter a seguinte orientação:

- recomenda-se ter mais de um redator e a redação seja validada pelos participantes do Comitê Local Técnico Prospectivo;
- torna-se importante que os redatores tenham base mínima científica para descrever os cenários;
- regras para descrição:
 - é preciso descrever a situação atual, todo o percurso da situação atual para chegar a situação final, e a própria situação final desejada;
 - é necessário ser fiel à estrutura do cenário estabelecido;
 - é preciso levar em consideração o conjunto de variáveis envolvidas;
 - é preciso mencionar para cada evolução quais são os MOTORES (atores e fatores);
 - é preciso, se possível, que o cenário seja atrativo e bem escrito;
 - é importante que a descrição seja validada pelos integrantes do Comitê Local Técnico Prospectivo, inicialmente, por e-mail e depois uma reunião para validar todas as descrições.

Construção dos Cenários - Processo Prospectivo Desenvolvimento Brasil 2035

A construção dos Cenários Globais é a combinação dos Cenários Parciais.

A construção da Visão Estratégica do Futuro do Desenvolvimento Brasil 2035 deve atender o objetivo definido:

Mobilizar a sociedade para conquistar e conservar os objetivos fundamentais de uma nação:

- **Democracia;**
- **Paz social;**
- **Soberania;**
- **Integração Nacional;**
- **Integridade territorial;**
- **Desenvolvimento Sustentável.**

E ter os atributos de uma Nação Solidária:

- **Transparência;**
- **Respeito;**
- **Espírito crítico; e**
- **Ética.**

A partir dos Cenários Parciais, por tema, foram construídos os Cenários Globais. Estes Cenários foram construídos considerando o desejável, factível / realizável, e o cenário que contraste e confronte com este, que seria o Cenário não Desejável.

As variáveis foram ordenadas pelo grau de influência sobre as demais variáveis, isto é, pela motricidade. As variáveis mais influentes, motriz, são 19 (dezenove) variáveis.

Cenários Globais, a combinação dos Cenários Parciais.

TEMAS	CENÁRIOS PARCIAIS			
TEMA 1: Governança e Gestão	Cenário Parcial Desejável e Realizável do Tema 1 (1.3; 2.3; 3.3; 4.3; 5.1; 6.3; 7.3; 8.3, 9.2 e 10.3)	Cenário Parcial Intermediário e Realizável do Tema 1. (1.2; 2.2; 3.2; 4.2; 5.2; 6.2; 7.1; 8.2 e 9.3 e 10.2)	Cenário Parcial Não Desejável do Tema 1 (1.1; 2.1; 3.1; 4.1; 5.3; 6.1; 7.2; 8.1, 9.1 e 10.1)	Cenário Parcial Desejável e Factível do Tema 1 (1.3; 2.3; 3.2; 4.3; 5.1; 6.2; 7.3; 8.3, 9.2 e 10.2)
TEMA 2: Educação para desenvolvimento da cultura, respeito ao meio ambiente em segurança	Cenário Parcial Desejável e Realizável do Tema 2 (1.1; 2.3; 3.2; 4.3; 5.3; 6.2; 7.3 e 8.3)	Cenário Parcial Intermediário e Realizável do Tema 2. (1.2; 2.2; 3.1; 4.3; 5.2; 6.3; 7.2; 8.2)	Cenário Parcial Não Desejável do Tema 2 (1.3; 2.1; 3.3; 4.1; 5.1; 6.1; 7.1 e 8.1)	
TEMA 3: Vivência e Responsabilidade Coletiva	Cenário Parcial Desejável e Realizável do Tema 3 (1.1; 2.3; 3.3; 4.3; 5.3; 6.3; 7.1; 8.3 e 9.3)	Cenário Parcial Intermediário e Realizável do Tema 3. (1.2; 2.2; 3.2; 4.2; 5.2; 6.4; 7.2; 8.2 e 9.2)	Cenário Parcial Não Desejável do Tema 3 (1.3; 2.1; 3.1; 4.1; 5.1; 6.2; 7.3; 8.1 e 9.1)	
TEMA 4: Economia, Política e Infraestrutura	Cenário Parcial Desejável e Realizável do Tema 4 (1.3; 2.3; 3.3; 4.3; 5.4; 6.3; 7.3; 8.3, 9.3 e 10.3)	Cenário Parcial Intermediário e Realizável do Tema 4. (1.4; 2.3; 3.2; 4.2; 5.3; 6.2; 7.1; 8.2 e 9.2 e 10.2)	Cenário Parcial Não Desejável do Tema 4 (1.1; 2.1; 3.1; 4.1; 5.2; 6.1; 7.2; 8.1, 9.1 e 10.1)	Cenário Parcial Desejável e Factível do Tema 4 (1.3; 2.3; 3.3; 4.3; 5.4; 6.3; 7.3; 8.3, 9.3 e 10.4)

Descrição dos Cenários Globais

Está pendente a definição do título para cada um dos cenários globais.

Cenário Global Desejável Factível / Realizável Cenário Parcial Tema 1 (1.3; 2.3; 3.2; 4.3; 5.1; 6.2; 7.3; 8.3, 9.2 e 10.2) Desejável / Factível Cenário Parcial Tema 2 (1.1; 2.3; 3.2; 4.3; 5.3; 6.2; 7.3 e 8.3) Cenário Parcial Tema 3 (1.1; 2.3; 3.3; 4.3; 5.3; 6.3; 7.1; 8.3 e 9.3) Cenário Parcial Tema 4 (1.3; 2.3; 3.3; 4.3; 5.4; 6.3; 7.3; 8.3, 9.3 e 10.4) Desejável / Factível	Cenário Global Não Desejável Cenário Parcial Tema 1 (1.1; 2.1; 3.1; 4.1; 5.3; 6.1; 7.2; 8.1, 9.1 e 10.1) Cenário Parcial Tema 2 (1.3; 2.1; 3.3; 4.1; 5.1; 6.1; 7.1 e 8.1) Cenário Parcial Tema 3 (1.3; 2.1; 3.1; 4.1; 5.1; 6.2; 7.3; 8.1 e 9.1) Cenário Parcial Tema 4 (1.1; 2.1; 3.1; 4.1; 5.2; 6.1; 7.2; 8.1, 9.1 e 10.1)
<ul style="list-style-type: none"> • 1.3. Sociedade consciente da sustentabilidade, mobilizada, autônoma e participativa, focada no bem-estar coletivo, com princípios morais e éticos sólidos abarcando as diversidades culturais e regionais; • 2.3. Poder Executivo eleito pela vontade popular com compromisso de garantir o cumprimento do programa de Estado construído e apropriado pela sociedade; • 3.2. Haverá grande dificuldade de mobilização da sociedade, porém haverá um início de planejamento em diversos territórios com apropriação e com representantes dos diversos tipos de agentes sociais dos territórios; • 4.3. Legisladores eleitos de acordo com programa direcionador das ações legislativas, capaz de representar de fato a sociedade em sua diversidade. Criação de mecanismos de fortalecimento da participação da sociedade nos projetos de lei; • 5.1. O Estado passa criar mecanismos de transparência e acesso às informações orçamentárias, assim como os meios que viabilizem a participação da sociedade na priorização e destinação do orçamento público, com acompanhamento de sua execução, trazendo maior eficiência do gasto público; • 6.2. Estabelecimento de reforma que mude a estrutura do Estado, visando ao bem-estar da população em geral. Amadurecimento político e conscientização das necessidades das pessoas, mobilização da sociedade, mas com mudanças lentas; • 7.3. O MP se aperfeiçoa em Política e Estratégia, se aproxima da polícia para perícia e investigação. Fiscaliza a aplicação das Leis, os representantes da Sociedade integram a estrutura, desenvolve sistema interdepartamental e melhora a avaliação do pessoal por sistema de competência; • 8.3. Sociedade engajada em torno de projeto sustentável garantindo a diversidade de conteúdo, qualidade e consumo crítico (P&D) e fóruns de participação ativa nas mídias; • 9.2. Por meio da maior participação da sociedade decorrente do aperfeiçoamento dos mecanismos de representação de um Governo republicano, com eletividade, temporalidade e cobrança das responsabilidades e dos programas dos eleitos (PLP); • 10.2. Maioria da população com acesso à Justiça; Julgamentos mais imparciais aumentam as decisões em tempo razoável, por meio de centros de conciliação; Começa a ter um esboço de Planejamento de Longo Prazo; Planejamento de Longo Prazo alinhado com o de médio e curto prazo; 	<ul style="list-style-type: none"> • 1.1. Sociedade de hiperconsumo, cada vez mais individualista, pouco compartilhamento de princípios morais e éticos com acentuada diferença de inserção dos grupos sociais e de qualidade de vida da população; • 2.1. Representantes do Executivo com práticas patrimonialistas, favorecendo grupos específicos, garantindo privilégios e não comprometidos em trabalhar para a sociedade; • 3.1. Continuará sem um planejamento coletivo, sem apropriação da sociedade e um distanciamento cada vez maior do sistema político, gerando uma situação do país pior que a atual; • 4.1. Os representantes do legislativo mantêm o modelo patrimonialista, privilegiam grupos específicos e não formam categorias de representantes da sociedade e sua diversidade; • 5.3. Planejamento e orçamento pensados e executados pelos órgãos públicos, com participação da sociedade por meio de audiências pública, viabilizando uma participação pouco mais que formal na elaboração orçamentária, bem como da sua execução; • 6.1. Manutenção da situação atual, nada muda e a sociedade continua refém das medidas do governo, sem políticas de Estado; • 7.2. O MP deixa de ser uma instituição permanente, não sendo mais essencial à função jurisdicional do Estado; • 8.1. Brasil se mantém como mercado consumidor com sociedade refém da publicidade e mídia; • 9.1. Governo republicano, com eletividade e temporalidade estabelecidas, com baixa efetividade de cobrança das responsabilidades dos eleitos, manutenção do sistema Presidencialista com coalisão, atendendo interesses de grupos específicos; • 10.1. Parcela significativa da população sem acesso à Justiça, com julgamentos parciais, atendendo a interesses de grupos. Morosidade, ineficiência e sem Planejamento de Longo Prazo.
<ul style="list-style-type: none"> • 1.1. Haverá maior interesse Político no combate à corrupção. <ul style="list-style-type: none"> ➢ Repressão por meio da criação de Leis mais severas; ➢ Investimento na educação ética do cidadão desde a escola; ➢ Maior investimento em mecanismos de controle e fiscalização. ➢ Ministério Público, Polícia e Judiciário mais atuantes na aplicação das leis e no combate à corrupção; ➢ Acesso livre às informações no formato que permita transparência efetiva. 	<ul style="list-style-type: none"> • 1.3. Nenhum investimento público no combate à corrupção. <ul style="list-style-type: none"> ➢ Alterações nas Leis Anticorrupção favorecendo políticos e grupos e/ou indivíduos; ➢ Nenhum incentivo à educação ética do cidadão; ➢ Deterioração dos mecanismos de controle e fiscalização. ➢ Disseminação da corrupção.

<ul style="list-style-type: none"> • 2.3. Com participação da sociedade, há mudança radical na forma de aprendizado, com muita autonomia e acesso a conteúdos e experiências de forma menos burocratizada e mais prática, criativa e inovadora. Há desenvolvimento de várias formas de se obter um grau acadêmico muito diferente das atuais com prazos mais curtos e métodos produtivos, eficientes e eficazes; • 3.2. O Estado e a sociedade assumem um comportamento ativo capaz de articular e enfrentar as deficiências estruturais (polícia, judiciário, MP, sistema prisional...) por meio de ações coletivas. Ambos mobilizados para romper comportamentos e paradigmas que desqualifiquem a cidadania. Predomínio de comportamento cidadão, com a atenção voltada para outros aspectos da segurança, tais como: educação, alimentação, criança e adolescente e outros aspectos; • 4.3. Mobilização da sociedade em defesa de uma educação com qualidade e participação da comunidade para a geração atual e as futuras gerações em todos os níveis de ensino com eficiência nos investimentos, qualidade na forma e medição de resultados alcançados; • 5.3. Haverá Investimento Público com efetividade e Políticas Públicas de Educação aliadas a apropriação pela sociedade. Alteração da pirâmide, decorrente do crescente desenvolvimento intelectual e na formação de cidadão, diminuindo as desigualdades territoriais; • 6.2. Abundância de capitais focados exclusivamente em projetos sustentáveis e ambientes de criação com apropriação da sociedade. Os projetos devem ser economicamente, socialmente e ambientalmente viáveis, com capacidade de execução e gestão, sendo alicerce da estratégia nacional, resultando em um ciclo virtuoso de desenvolvimento; • 7.3. A sociedade e o estado brasileiro amadurecem sua percepção sobre a importância do patrimônio ambiental brasileiro. A partir dessa nova percepção, o patrimônio ambiental é colocado como um dos eixos do projeto de desenvolvimento sustentável e soberano para o Brasil do século XXI; • 8.3. Criar a cultura de catalogar e documentar o patrimônio em suas diversas regiões e formas de manifestações. Promover o desenvolvimento local, considerando o patrimônio material e cultural como recurso econômico e de desenvolvimento sustentável e efetiva participação da comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • 2.1. Sem capital e meta para crescimento da capacidade instalada ou melhoria de produtividade a população com nível superior estacionará na faixa de 15 a 20% e maioria da população não terá educação superior no Brasil; • 3.3. Caos, sem autoridades nem sociedade assumindo plenamente suas responsabilidades pela segurança pública e por consequência gera desagregação do tecido social e a ausência de cidadania. Reflexos no aumento da violência e desorganização social, banalizando a vida e a dignidade humana. Refletindo na segurança alimentar, saúde, criança e adolescente e outros aspectos; • 4.1. O congelamento dos recursos para a educação deve ser revisto. Caso isso não ocorra, teremos consequências graves para o desenvolvimento; • 5.1. Sem investimento, aumento defasagem educação X desenvolvimento, resultando em educação sem consistência e consequentemente afilando a base da pirâmide intelectual (status quo). Importância em desigualdades territoriais; • 6.1. Não haverá fomento de projetos sustentáveis no Brasil. Haverá poucos projetos novos que atendam à sustentabilidade; • 7.1. Não comprometimento do Poder Público e nem da Sociedade em relação a preservação e uso sustentável do Patrimônio Ambiental. Uso indiscriminado dos recursos naturais sem controle e fiscalização; • 8.1. O patrimônio cultural nacional permanece espaço cativo de grupos de interesse e suas respectivas visões corporativas. Assim a cultura não consegue avançar para a centralidade da agenda política. A sociedade brasileira permanece à margem dessa discussão e carente de um de seus principais vetores de identidade.
<ul style="list-style-type: none"> • 1.1. Maior engajamento político e representatividade de todos os setores da sociedade nas decisões sobre o uso dos bens públicos, com foco no seu valor para o coletivo e seu uso de forma ética. Introdução dessa temática em todos os níveis da educação formal; • 2.3. As necessidades econômicas, políticas e sociais dos indivíduos e grupos são priorizadas em todos os planos e níveis de decisão de Estados e Sociedade, buscando o bem-estar coletivo e individual; • 3.3. Fortalecimento da participação popular através de articulações impulsionada pelas associações de classe, comunitárias, pastorais e ações com base em Planejamento de Longo Prazo e fortalecimento da participação de todos os segmentos sociais, através da utilização das redes como instrumento de conscientização e democratização; • 4.3. Participação da sociedade e organizações nas decisões políticas. Programas sociais com evolução e adequação constante as necessidades da sociedade promovendo inclusão econômica, humana, cultural e ambientalmente adequada. Atendimento das necessidades básicas e estruturais da sociedade; 	<ul style="list-style-type: none"> • 1.3. Manutenção da corrupção com métodos mais aprimorados; redes sociais com discussões sem construção efetiva de articulação e engajamento; formas modernas de controle e submissão de grande parte da população à estrutura política predominante em detrimento dos bens públicos; • 2.1. Não há esforços direcionados ao bem comum com retrocesso nas tendências atuais de globalização, fechamento dos mercados dos países desenvolvidos, aumento da concentração de renda, fortalecimento da hierarquização da sociedade e redução dos direitos individuais e sociais; • 3.1. Engajamento às iniciativas do poder público, visando interesses particulares e de grupos específicos da sociedade. Participação popular manifestada através de plebiscitos e voto em representantes, sem poder de decisão nas ações; • 4.1. Diminuição ou extinção dos programas sociais voltados ao desenvolvimento. Estruturas voltadas ao assistencialismo mantendo parte da população vulnerável e dependente da atuação do Estado;

<ul style="list-style-type: none"> • 5.3. Melhoria na qualidade da educação como alicerce para o desenvolvimento sustentável e melhor distribuição de renda. A sociedade passa a exigir infraestrutura e serviços que proporcionem qualidade de vida; • 6.3. Crescimento e desenvolvimento organizados e sustentáveis dos centros urbanos. Deslocamentos da população dos grandes centros urbanos em busca de melhor qualidade de vida para todos. • 7.1. Reformulação do acesso e das ações de saúde, implantando um sistema efetivo com recursos e pessoas compatíveis com a demanda, sem politização; • 8.3. Reforma adequada da Previdência Social e transparente com a participação da sociedade. Recuperação da credibilidade e viabilidade do sistema previdenciário; • 9.3. Sociedade participativa; manutenção da proteção social onde oferecem estrutura para acolhimento do idoso. 	<ul style="list-style-type: none"> • 5.1. Maior concentração de renda e benefícios para as classes privilegiadas, atendimento mínimo às necessidades da sociedade e diminuta participação na gestão dos recursos públicos; • 6.2. Sacrifício da qualidade de vida da população devido ao crescimento desordenado e desestruturado dos centros urbanos, ampliando construções em locais de riscos sem gestão e planejamento seguindo a lógica da especulação imobiliária. • 7.3. Desestruturação do sistema de saúde em um contexto de corrupção e desvio de recursos reduzindo o potencial assistencial e preventivo da saúde; • 8.1. Aumento de benefícios sem contrapartida de receitas com agravamento do desequilíbrio estrutural da Previdência Social, mantendo a diferença entre os servidores públicos e os demais; • 9.1. Política social ineficiente incompatível com o envelhecimento da população.
<ul style="list-style-type: none"> • 1.3. Maior apropriação pela sociedade das decisões políticas e econômicas; • 2.3. Há investimento e apoio, com transparência, planejamento efetivo e envolvimento da sociedade, minimizando as diferenças regionais; • 3.3. A Política Macroeconômica e a Industrial terão diretrizes consonantes alinhadas com a estratégia de desenvolvimento Nacional com governança dos principais atores do país: sociedade, instâncias de governo, institutos de inovação, academia, parques tecnológicos e iniciativa privada, aproveitando a diversidade de recursos e outras oportunidades; • 4.3. Adaptação aos novos tempos de forma gradativa e estruturada, com adoção mais rápida e mais consciente. Ampliação do nível educacional e estabelecimento das demandas com desenvolvimento de competências técnicas de forma regionalizada, estabelecendo os pontos fortes de cada região de forma equilibrada. Aparecimento de movimentos de ruptura contra os modelos antigos; • 5.4. A partir da apropriação da sociedade ocorrerá a reforma do STN. Isto gerará maior transparência do montante arrecadado e sua utilização, permitindo a compreensão dos benefícios gerados e o incentivo à redução da sonegação; • 6.3. Haverá investimentos suportando uma ampla política de divulgação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), conforme legislação em vigor. O interessado terá facilidade na obtenção de dados a exemplo de: hidrografia, pedologia, recuperação e controle de processos erosivos, riscos geológicos e informações de geoserviços. Adicionalmente, haverá uma efetiva implantação da PNOT; • 7.3. O Brasil retoma lentamente seu desenvolvimento sustentável e, a partir de uma maior aproximação das forças armadas da sociedade e da reestruturação do sistema político. A sociedade percebe o risco de não possuir um aparato de defesa que produza uma capacidade crível de dissuasão estratégica. Assim, o investimento em defesa alcança padrões da OTAN, permitindo encomendas consistentes à BID; • 8.3. Haverá capital e apoio de forma planejada e estruturada, com o fomento do empreendedorismo e da inovação criativa, ocasionando a redução das diferenças regionais; • 9.3. Uma política nacional participativa em favor do dinamismo da indústria nacional, sobretudo quanto a bens e serviços, com gestão efetiva de câmbio e taxa de juros, com fortalecimento e ordenamento produtivo regional; acesso a novos mercados e 	<ul style="list-style-type: none"> • 1.1. Ausência de transparência nos processos, acarretando a falta de estabilidade econômica e política; • 2.1. Há pouco investimento de forma desestruturada com interesses setoriais e com margem à corrupção; • 3.1. Não haverá estratégia de desenvolvimento Industrial o que levará o país a uma desindustrialização precoce; • 4.1. A crise que estamos vivendo deve piorar devido à manutenção de uma cultura empresarial dependente do estado (+fechamentos das empresas, inadimplência, redução de arrecadação, +greves, ampliação de uso de tecnologia automatizada com redução de vagas, fugas das empresas multinacionais do Brasil, etc); • 5.2. Aumenta o montante de tributos pagos. A gestão pública se deteriora e aprofunda o desequilíbrio financeiro, gerando demanda por novas receitas. O Estado mostra-se incapaz de implantar um ordenamento tributário justo; • 6.1. Não haverá investimentos em pessoal para contínuo desenvolvimento de produtos e processos na área de TIC comprometendo a manutenção do INDE e da PNOT; • 7.2. O Brasil não consegue retomar taxas consistentes de desenvolvimento, não criando condições para elevar o gasto de defesa conforme padrões da OTAN, inviabilizando o fortalecimento da BID, tornando-se incapaz de criar um sistema de defesa nacional crível; o país permanece refém de um aparato de defesa multilateral que não garante seus interesses estratégicos. Não há integração junto à sociedade; • 8.1. Não haverá capital nem apoio, ocasionando, fuga de empreendedores (financeiros e intelectuais) a procura de países que facilitem e incentivem o desenvolvimento; • 9.1. Manutenção de um modelo agroexportador, com base em commodities e produtos manufaturados de baixo valor agregado. Agenda econômica de austeridade, sem investimento para o dinamismo do parque produtivo brasileiro aliado a gestão pública não efetiva; • 10.1. Continuará um sistema nacional de CTI fechado, sociedade excluída, onde o IPTF continuará caindo;

<p>ampliação do potencial criativo técnico e tecnológico da sociedade;</p> <ul style="list-style-type: none">• 10.4. Sociedade está integrada no SNCTI, o IPTF igual a 1, e novos Parques Tecnológicos de baixo IDHM. A sociedade cria formas para que o Brasil em 2035 seja competitivo em alguns setores com alto valor agregado.	<p>não haverá novos Parques Tecnológicos. O país não conseguirá se desenvolver em CTI.</p>
---	--

Construção dos Cenários Parciais

Após as reflexões entre os participantes, na reunião realizada nas diversas reuniões em que foram analisadas as hipóteses e depois os Cenários Parciais a figura 1 mostra a ordem definida dos Temas e os respectivos títulos definidos pelos participantes. Nesta figura foi considerada a motricidade das variáveis, depois de processar a Matriz de Impacto Cruzado. Alterando a ordem dos temas em função da classificação das variáveis pelo grau de influência, cujo grau está entre parênteses.

A figura 1 mostra o esquema de integração e interação entre os temas e as variáveis-chave. Dessa forma e a partir dessa análise e reflexão foram construídos os Cenários Globais, o Cenário Global Desejável, Realizável / Factível e o Cenário Não Desejável, que contrasta e confronta.



Figura 1: Esquema de Integração e Interação entre os Temas e as Variáveis-chave, reclassificadas depois da execução da Matriz de Impacto Cruzado, que identificou as variáveis motrizes

Construção dos Cenários Parciais do TEMA 1: Governança e Gestão

TEMA 1: Governança e Gestão			
VARIÁVEIS	HIPÓTESES		
	H1	H2	H3
1 Sociedade Brasileira	1. Sociedade de hiperconsumo, cada vez mais individualista, pouco compartilhamento de princípios morais e éticos com acentuada diferença de inserção dos grupos sociais e de qualidade de vida da população.	2. Sociedade desenvolvendo a consciência da sustentabilidade e com maior participação nos processos de decisões dos seus representantes em todas as esferas de poder.	3. Sociedade consciente da sustentabilidade, mobilizada, autônoma e participativa, focada no bem-estar coletivo, com princípios morais e éticos sólidos abarcando as diversidades culturais e regionais.
2 Poder Executivo	1. Representantes do Executivo com práticas patrimonialistas, favorecendo grupos específicos, garantindo privilégios e não comprometidos em trabalhar para a sociedade	2. Restrução do Poder Executivo, visando o equilíbrio e harmonia entre os Poderes	3. Poder Executivo eleito pela vontade popular com compromisso de garantir o cumprimento do programa de Estado construído e apropriado pela sociedade
3 Valorização do Planejamento de Longo Prazo e Territorial	1. Continuará sem um planejamento coletivo, sem apropriação da sociedade e um distanciamento cada vez maior do sistema político, gerando uma situação do país pior que a atual.	2. Haverá grande dificuldade de mobilização da sociedade, porém haverá um início de planejamento em diversos territórios com apropriação e com representantes dos diversos tipos de agentes sociais dos territórios	3. A sociedade em 2035 estará mobilizada e consciente de que o Brasil é sua responsabilidade, planejando em conjunto para o país se tornar desenvolvido
4 Poder Legislativo	1. Os representantes do legislativo mantêm o modelo patrimonialista, privilegiam grupos específicos e não formam categorias de representantes da sociedade e sua diversidade.	2. Os representantes eleitos realizam revisão de privilégios, restringindo privilegiado ao exercício do mandato e redução do número de senadores deputados e suas estruturas, representando a sociedade	3. Legisladores eleitos de acordo com programa direcionador das ações legislativas, capaz de representar de fato a sociedade em sua diversidade. Criação de mecanismos de fortalecimento da participação da sociedade nos projetos de lei.
5 Planejamento e Orçamento Participativo	1. O Estado passa criar mecanismos de transparência e acesso às informações orçamentárias, assim como os meios que viabilizem a participação da sociedade na priorização e destinação do orçamento público, com acompanhamento de sua execução, trazendo maior eficiência do gasto público	2. O Estado cria mecanismos de transparência pouco eficazes e a participação da sociedade permanece incipiente, ocorrendo alguns avanços, no controle do orçamento e consequente melhoria na destinação e qualidade do gasto.	3. Planejamento e orçamento pensados e executados pelos órgãos públicos, com participação da sociedade por meio de audiências pública, viabilizando uma participação pouco mais que formal na elaboração orçamentária, bem como da sua execução
6 Reforma Política, com Sistema Político Representativo, Responsivo e Democracia Plena e Madura	1. Manutenção da situação atual, nada muda e a sociedade continua refém das medidas do governo, sem políticas de Estado	2. Estabelecimento de reforma que mude a estrutura do Estado, visando ao bem-estar da população em geral. Amadurecimento político e conscientização das necessidades das pessoas, mobilização da sociedade, com transformação progressiva	3. Definição de modelo de Estado e construção de sistema de governo que atenda aos anseios da Sociedade. A Sociedade desenvolve a consciência de que o país é seu e decide o que é melhor, buscando sistema político representativo que a beneficie
7 Ministério Público	1. O MP continua na mesma situação (BRASIL, Constituição, 1988), aperfeiçoando por meio da aprendizagem sua forma de atuação.	2. O MP deixa de ser uma instituição permanente, não sendo mais essencial função jurisdicional do Estado	3. O MP se aperfeiçoa em Política e Estratégia, se aproxima da polícia para pericia e investigação. Fiscaliza a aplicação das Leis, os representantes da Sociedade integram a estrutura, desenvolve sistema interdepartamental e melhora a avaliação do pessoal por sistema de competência
8 Mídia	1. Brasil se mantém como mercado consumidor com sociedade refém da publicidade e mídia.	2. Iniciativas isoladas de gestão de diversidade de conteúdo, qualidade e consumo (P&D), e participação da sociedade nas decisões da mídia, com baixa eficácia, sem respaldo legal	3. Sociedade engajada em torno de projeto sustentável garantindo a diversidade de conteúdo, qualidade e consumo crítico (P&D) e fóruns de participação ativa nas mídias.
9 Mudança da Estrutura do Estado	1. Governo republicano, com eletividade e temporalidade estabelecidas, com baixa efetividade de cobrança das responsabilidades dos eleitos, manutenção do sistema Presidencialista com coalisão, atendendo interesses de grupos específicos	2. Por meio da maior participação da sociedade decorrente do aperfeiçoamento dos mecanismos de representação de um Governo republicano, com eletividade, temporalidade e cobrança das responsabilidades e dos programas dos eleitos (PLP)	3. Convocação de uma Assembleia Constituinte formando um Sistema de Governo, com eletividade, temporalidade e responsabilidades estabelecidas
10 Poder Judiciário	1. Parcela significativa da população sem acesso à Justiça, com julgamentos parciais, atendendo a interesses de grupos. Morosidade, ineficiência e sem Planejamento de Longo Prazo	2. Maioria da população com acesso à Justiça; Julgamento mais imparciais, aumento de decisões em tempo razoável, por meio de centros de conciliação; Começa a ter um esboço de Planejamento de Longo Prazo	3. Pleno acesso à justiça com imparcialidade e transparência e publicidade; Soluções em tempo razoável e Cultura de conciliação; Qualidade e eficiência em todo território nacional; Planejamento de Longo Prazo alinhado com o de médio e curto prazo.

Descrição dos Cenários Parciais do TEMA 1: Governança e Gestão

Os cenários parciais construídos, por meio da Análise Morfológica, foram, dentre os possíveis, o cenário parcial desejável e realizável, o cenário parcial intermediário e realizável, cenário parcial desejável e factível, e o cenário parcial não desejável, a partir das hipóteses revistas:

Cenário Parcial Desejável e Realizável do Tema 1 (1.3; 2.3; 3.3; 4.3; 5.1; 6.3; 7.3; 8.3, 9.2 e 10.3)	Cenário Parcial Intermediário e Realizável do Tema 1. (1.2; 2.2; 3.2; 4.2; 5.2; 6.2; 7.1; 8.2 e 9.3 e 10.2)	Cenário Parcial Não Desejável do Tema 1 (1.1; 2.1; 3.1; 4.1; 5.3; 6.1; 7.2; 8.1, 9.1 e 10.1)	Cenário Parcial Desejável e Factível do Tema 1 (1.3; 2.3; 3.2; 4.3; 5.1; 6.2; 7.3; 8.3, 9.2 e 10.2)
<ul style="list-style-type: none"> • 1.3. Sociedade consciente da sustentabilidade, mobilizada, autônoma e participativa, focada no bem-estar coletivo, com princípios morais e éticos sólidos abarcando as diversidades culturais e regionais; • 2.3. Poder Executivo eleito pela vontade popular com compromisso de garantir o cumprimento do programa de Estado construído e apropriado pela sociedade; • 3.3. A sociedade em 2035 estará mobilizada e consciente de que o Brasil é sua responsabilidade, planejando em conjunto para o país se tornar desenvolvido; • 4.3. Legisladores eleitos de acordo com programa direcionador das ações legislativas, capaz de representar de fato a sociedade em sua diversidade. Criação de mecanismos de fortalecimento da participação da sociedade nos projetos de lei; • 5.1. O Estado passa criar mecanismos de transparência e acesso às informações orçamentárias, assim como os meios que viabilizem a participação da sociedade na priorização e destinação do orçamento público, 	<ul style="list-style-type: none"> • 1.2. Sociedade desenvolvendo a consciência da sustentabilidade e com maior participação nos processos de decisões dos seus representantes em todas as esferas de poder; • 2.2. Restruturação do Poder Executivo, visando o equilíbrio e harmonia entre os Poderes; • 3.2. Haverá grande dificuldade de mobilização da sociedade, porém haverá um início de planejamento em diversos territórios com apropriação e com representantes dos diversos tipos de agentes sociais dos territórios; • 4.2. Os representantes eleitos realizam revisão de privilégios, restringindo o foro privilegiado ao exercício do mandato e redução do número de senadores e deputados e suas estruturas, representando a sociedade; • 5.2. O Estado cria mecanismos de transparência pouco eficazes e a participação da sociedade permanece incipiente, ocorrendo alguns avanços, no controle do orçamento e consequente melhoria 	<ul style="list-style-type: none"> • 1.1. Sociedade de hiperconsumo, cada vez mais individualista, pouco compartilhamento de princípios morais e éticos com acentuada diferença de inserção dos grupos sociais e de qualidade de vida da população; • 2.1. Representantes do Executivo com práticas patrimonialistas, favorecendo grupos específicos, garantindo privilégios e não comprometidos em trabalhar para a sociedade; • 3.1. Continuará sem um planejamento coletivo, sem apropriação da sociedade e um distanciamento cada vez maior do sistema político, gerando uma situação do país pior que a atual; • 4.1. Os representantes do legislativo mantêm o modelo patrimonialista, privilegiam grupos específicos e não formam categorias de representantes da sociedade e sua diversidade; • 5.3. Planejamento e orçamento pensados e executados pelos órgãos públicos, com participação da sociedade por meio de audiências pública, viabilizando uma participação pouco mais 	<ul style="list-style-type: none"> • 1.3. Sociedade consciente da sustentabilidade, mobilizada, autônoma e participativa, focada no bem-estar coletivo, com princípios morais e éticos sólidos abarcando as diversidades culturais e regionais; • 2.3. Poder Executivo eleito pela vontade popular com compromisso de garantir o cumprimento do programa de Estado construído e apropriado pela sociedade; • 3.2. Haverá grande dificuldade de mobilização da sociedade, porém haverá um início de planejamento em diversos territórios com apropriação e com representantes dos diversos tipos de agentes sociais dos territórios; • 4.3. Legisladores eleitos de acordo com programa direcionador das ações legislativas, capaz de representar de fato a sociedade em sua diversidade. Criação de mecanismos de fortalecimento da participação da sociedade nos projetos de lei; • 5.1. O Estado passa criar mecanismos de transparência e acesso às informações orçamentárias, assim como os meios que viabilizem a participação

<p>com acompanhamento de sua execução, trazendo maior eficiência do gasto público;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6.3. Definição de modelo de Estado e construção de sistema de governo que atenda aos anseios da Sociedade. A Sociedade desenvolve a consciência de que o país é seu e decide o que é melhor, buscando sistema político representativo que a beneficie; • 7.3. O MP se aperfeiçoa em Política e Estratégia, se aproxima da polícia para perícia e investigação. Fiscaliza a aplicação das Leis, os representantes da Sociedade integram a estrutura, desenvolve sistema interdepartamental e melhora a avaliação do pessoal por sistema de competência; • 8.3. Sociedade engajada em torno de projeto sustentável garantindo a diversidade de conteúdo, qualidade e consumo crítico (P&D) e fóruns de participação ativa nas mídias • 9.2. Por meio da maior participação da sociedade decorrente do aperfeiçoamento dos mecanismos de representação de um Governo republicano, com eletividade, temporalidade e cobrança das responsabilidades e dos programas dos eleitos (PLP); • 10.3. Pleno acesso à justiça com imparcialidade e transparência e publicidade; Soluções em tempo razoável e Cultura de conciliação; Qualidade e eficiência em todo território nacional; Planejamento de Longo Prazo alinhado 	<p>na destinação e qualidade do gasto;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6.2. Estabelecimento de reforma que mude a estrutura do Estado, visando ao bem-estar da população em geral. Amadurecimento político e conscientização das necessidades das pessoas, mobilização da sociedade, mas com mudanças lentas; • 7.1. O MP continua na mesma situação (BRASIL, Constituição, 1988), aperfeiçoando por meio da aprendizagem sua forma de atuação; • 8.2. Iniciativas isoladas de gestão de diversidade de conteúdo, qualidade e consumo (P&D), e participação da sociedade nas decisões da mídia, com baixa eficácia, sem respaldo legal; • 9.3. Convocação de uma Assembleia Constituinte formando um Sistema de Governo, com eletividade, temporalidade e responsabilidades estabelecidas; • 10.2. Maioria da população com acesso à Justiça; Julgamento mais imparciais, aumento de decisões em tempo razoável, por meio de centros de conciliação; Começa a ter um esboço de Planejamento de Longo Prazo. 	<p>que formal na elaboração orçamentária, bem como da sua execução;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6.1. Manutenção da situação atual, nada muda e a sociedade continua refém das medidas do governo, sem políticas de Estado; • 7.2. O MP deixa de ser uma instituição permanente, não sendo mais essencial à função jurisdicional do Estado; • 8.1. Brasil se mantém como mercado consumidor com sociedade refém da publicidade e mídia; • 9.1. Governo republicano, com eletividade e temporalidade estabelecidas, com baixa efetividade de cobrança das responsabilidades dos eleitos, manutenção do sistema Presidencialista com coalisão, atendendo interesses de grupos específicos; • 10.1. Parcela significativa da população sem acesso à Justiça, com julgamentos parciais, atendendo a interesses de grupos. Morosidade, ineficiência e sem Planejamento de Longo Prazo. 	<p>da sociedade na priorização e destinação do orçamento público, com acompanhamento de sua execução, trazendo maior eficiência do gasto público;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6.2. Estabelecimento de reforma que mude a estrutura do Estado, visando ao bem-estar da população em geral. Amadurecimento político e conscientização das necessidades das pessoas, mobilização da sociedade, mas com mudanças lentas; • 7.3. O MP se aperfeiçoa em Política e Estratégia, se aproxima da polícia para perícia e investigação. Fiscaliza a aplicação das Leis, os representantes da Sociedade integram a estrutura, desenvolve sistema interdepartamental e melhora a avaliação do pessoal por sistema de competência; • 8.3. Sociedade engajada em torno de projeto sustentável garantindo a diversidade de conteúdo, qualidade e consumo crítico (P&D) e fóruns de participação ativa nas mídias; • 9.2. Por meio da maior participação da sociedade decorrente do aperfeiçoamento dos mecanismos de representação de um Governo republicano, com eletividade, temporalidade e cobrança das responsabilidades e dos programas dos eleitos (PLP); • 10.2. Maioria da população com acesso à Justiça; Julgamento mais imparciais, aumento de decisões em tempo razoável, por meio de centros de conciliação; Começa a ter um esboço
---	---	--	---



com o de médio e curto prazo;			de Planejamento de Longo Prazo; Planejamento de Longo Prazo alinhado com o de médio e curto prazo.
-------------------------------	--	--	---

Construção dos Cenários Parciais do TEMA 2: Educação para desenvolvimento da cultura, respeito ao meio ambiente em segurança

TEMA 2: Educação para desenvolvimento da cultura, respeito ao meio ambiente em segurança			
VARIÁVEIS	HIPÓTESES		
	H1	H2	H3
1 Cultura da Corrupção	1. Haverá maior interesse Político no combate à corrupção. <ul style="list-style-type: none"> Repressão por meio da criação de Leis mais severas; Investimento na educação ética do cidadão desde a escola; Maior investimento em mecanismos de controle e fiscalização. Ministério Público, Polícia e Judiciário mais atuantes na aplicação das leis e no combate a corrupção Acesso livre às informações no formato que permita transparência efetiva 	2. Não haverá interesse político no combate à corrupção. <ul style="list-style-type: none"> Avanços lentos nas Leis Anticorrupção; Manutenção das leis, medidas provisórias e adendos contratuais para favorecimento de grupos e/ou indivíduos e políticos. Pouco investimento na educação ética do cidadão; Mecanismos de controle e fiscalização com poucos avanços 	3. Nenhum investimento público no combate à corrupção. <ul style="list-style-type: none"> Alterações nas Leis Anticorrupção favorecendo políticos e grupos e/ou indivíduos; Nenhum incentivo à educação ética do cidadão; Deterioração dos mecanismos de controle e fiscalização. Disseminação da corrupção.
2 Maioria da população terá ensino superior no Brasil	1. Sem capital e meta para crescimento da capacidade instalada ou melhoria de produtividade a população com nível superior estacionará na faixa de 15 a 20% e maioria da população não terá educação superior no Brasil	2. Haverá capital para expandir a rede pública e privada, financiamento e bolsas subsídios, aumentando a produtividade com melhores metodologias e tecnologias voltadas para o aprendizado. O crescimento da população com curso superior crescerá entre 1 a 2% ao ano para atingir a meta em 30 a 40 anos	3. Com participação da sociedade, há mudança radical na forma de aprendizado, com muita autonomia e acesso a conteúdos e experiências de forma menos burocratizada e mais prática, criativa e inovadora. Há desenvolvimento de várias formas de se obter um grau acadêmico muito diferente das atuais com prazos mais curtos e métodos produtivos, eficientes e eficazes
3 Segurança - Vários aspectos	1. Tanto o Estado como a sociedade atuarão de forma pontual nas questões de segurança pública, abarcando alguns aspectos mais prementes ligados à violência, educação e alimentação, mas sem articular as estruturas sociais e mantendo paradigmas que desqualificam a cidadania	2. O Estado e a sociedade assumindo um comportamento ativo capaz de articular e enfrentar as deficiências estruturais (polícia, judiciário, MP, sistema prisional...) por meio de ações coletivas. Ambos mobilizados para romper comportamentos e paradigmas que desqualifiquem a cidadania. Predomínio de comportamento cidadão, com a atenção voltada para outros aspectos da segurança, tais como: educação, alimentação, criança e adolescente e outros aspectos.	3. Caos, sem autoridades nem sociedade assumindo plenamente suas responsabilidades pela segurança pública e por consequência gera desagregação do tecido social e a ausência de cidadania. Reflexos no aumento da violência e desorganização social, banalizando a vida e a dignidade humana. Tudo repercutindo na segurança alimentar, saúde, criança e adolescente e outros aspectos
4 Baixo investimento em educação	1. O congelamento dos recursos para a educação deve ser revisto. Caso isso não ocorra, teremos consequências graves para o desenvolvimento.	2. Aumento do investimento em educação. Um maior investimento associado à políticas públicas assertivas provocará as condições necessárias para o desenvolvimento social e econômico do país.	3. Mobilização da sociedade em defesa de uma educação com qualidade e participação da comunidade para a geração atual e as futuras gerações em todos os níveis de ensino com eficiência nos investimentos, qualidade na forma e medição de resultados alcançados
5 Inversão da pirâmide intelectual do Brasil	1. Sem investimento, aumento da defasagem educação X desenvolvimento, resultando em educação sem consistência e consequentemente afilando a base da pirâmide intelectual (status quo). Importância nas desigualdades territoriais	2. Haverá investimento público e políticas de educação, maior inclusão escolar, sem preocupação com a qualidade (expansão quantitativa)	3. Haverá investimento público com efetividade e Políticas Públicas de Educação aliadas à apropriação pela sociedade. Alteração da pirâmide, decorrente do crescente desenvolvimento intelectual e na formação de cidadão, diminuindo as desigualdades territoriais.
6 Vincular a sustentabilidade às demais temas	1. Não haverá fomento de projetos sustentáveis no Brasil. Haverá projetos novos que atendam à sustentabilidade.	2. Abundância de capitais focados exclusivamente em projetos sustentáveis e ambiente de criação com apropriação da sociedade. Os projetos devem ser economicamente, socialmente e ambientalmente viáveis, com capacidade de execução e gestão, sendo alicerce da estratégia nacional, resultando em um ciclo virtuoso de desenvolvimento.	3. Há investimento e fomento ao desenvolvimento criativo, inovador e empreendedor, mas é feito de forma desestruturada, com interesses próprios (ou de determinado grupo em detrimento de um bem maior). Haverá desperdício, sem métricas e sem gestão de resultados, com burocracia.
7 Uso sustentável dos patrimônios ambientais	1. Não comprometimento do Poder Público e nem da Sociedade em relação a preservação e uso sustentável do Patrimônio Ambiental. Uso indiscriminado dos recursos naturais sem controle e fiscalização	2. Ocorre melhoria na percepção por parte da sociedade e do estado da preservação do patrimônio ambiental. Entretanto, não ocorre o despertar de como integrar o patrimônio ambiental ao Projeto de desenvolvimento sustentável e soberano para o Brasil do século XXI	3. A sociedade e o estado brasileiro amadurecem sua percepção sobre a importância do patrimônio ambiental brasileiro. A partir dessa nova percepção, o patrimônio ambiental é colocado como um dos eixos do projeto de desenvolvimento sustentável e soberano para o Brasil do século XXI
8 Patrimônio Cultural Material e Imaterial	1. O patrimônio cultural nacional permanece espaço cativo de grupos de interesse e suas respectivas visões corporativas. Assim a cultura não consegue avançar para a centralidade da agenda política. A sociedade brasileira permanece à margem dessa discussão e carente de um de seus principais vetores de identidade	2. Destinar recursos da verba cultural do estado e de fundos provenientes de manifestações artísticas, reduzindo a dependência de verbas externas para a manutenção, preservação, documentação do patrimônio, promovendo a gestão descentralizada e apropriação da população local	3. Criar a cultura de catalogar e documentar o patrimônio em suas diversas regiões e formas de manifestações. Promover o desenvolvimento local, considerando o patrimônio material e cultural como recurso econômico e de desenvolvimento sustentável e efetiva participação da comunidade.

Descrição dos Cenários Parciais do TEMA 2: Educação para desenvolvimento da cultura, respeito ao meio ambiente em segurança.

Os cenários parciais construídos, por meio da Análise Morfológica, foram, dentre os possíveis, o cenário parcial desejável e realizável, o cenário parcial intermediário e realizável, cenário parcial desejável e factível, e o cenário parcial não desejável, a partir das hipóteses revistas:

Cenário Parcial Desejável e Realizável do Tema 2 (1.1; 2.3; 3.2; 4.3; 5.3; 6.2; 7.3 e 8.3)	Cenário Parcial Intermediário e Realizável do Tema 2. (1.2; 2.2; 3.1; 4.3; 5.2; 6.3; 7.2; 8.2)	Cenário Parcial Não Desejável do Tema 2 (1.3; 2.1; 3.3; 4.1; 5.1; 6.1; 7.1 e 8.1)
<ul style="list-style-type: none"> • 1.1. Haverá maior interesse Político no combate à corrupção. <ul style="list-style-type: none"> ➢ Repressão por meio da criação de Leis mais severas; ➢ Investimento na educação ética do cidadão desde a escola; ➢ Maior investimento em mecanismos de controle e fiscalização. ➢ Ministério Público, Polícia e Judiciário mais atuantes na aplicação das leis e no combate à corrupção ➢ Acesso livre às informações no formato que permita transparência efetiva • 2.3. Com participação da sociedade, há mudança radical na forma de aprendizado, com muita autonomia e acesso a conteúdos e experiências de forma menos burocratizada e mais prática, criativa e inovadora. Há desenvolvimento de várias formas de se obter um grau acadêmico muito diferente das atuais com prazos mais curtos e métodos produtivos, eficientes e eficazes; • 3.2. O Estado e a sociedade assumindo um comportamento ativo capaz de articular e enfrentar as deficiências estruturais (polícia, judiciário, MP, sistema prisional...) por meio de ações coletivas. Ambos mobilizados para romper comportamentos e paradigmas que desqualifiquem a cidadania. Predomínio de comportamento cidadão, com a atenção voltada para outros aspectos da segurança, tais como: educação, alimentação, criança e adolescente e outros aspectos; • 4.3. Mobilização da sociedade em defesa de uma educação com qualidade e participação da comunidade para a geração atual e as futuras gerações em todos os níveis de ensino com eficiência nos investimentos, qualidade na forma e medição de resultados alcançados; 	<ul style="list-style-type: none"> • 1.2. Não haverá interesse político no combate à corrupção. <ul style="list-style-type: none"> ➢ Avanços lentos nas Leis Anticorrupção; ➢ Manutenção das leis, medidas provisórias e adendos contratuais para favorecimento de grupos e/ou indivíduos e políticos. ➢ Pouco investimento na educação ética do cidadão; ➢ Mecanismos de controle e fiscalização com poucos avanços. • 2.2. Haverá capital para expandir a rede pública e privada, financiamento e bolsas subsídios, aumentando a produtividade com melhores metodologias e tecnologias voltadas para o aprendizado. O crescimento da população com curso superior crescerá entre 1 a 2% ao ano para atingir a meta em 30 a 40 anos; • 3.1. Tanto o Estado como a sociedade atuarão de forma pontual nas questões de segurança pública, abarcando alguns aspectos mais prementes ligados a violência, educação e alimentação, mas sem articular as estruturas sociais e mantendo paradigmas que desqualificam a cidadania; • 4.3. Mobilização da sociedade em defesa de uma educação com qualidade e participação da comunidade para a geração atual e as futuras gerações em todos os níveis de ensino com eficiência nos investimentos, qualidade na forma e medição de resultados alcançados; • 5.2. Haverá investimento público e das políticas de 	<ul style="list-style-type: none"> • 1.3. Nenhum investimento público no combate à corrupção. <ul style="list-style-type: none"> ➢ Alterações nas Leis Anticorrupção favorecendo políticos e grupos e/ou indivíduos; ➢ Nenhum incentivo à educação ética do cidadão; ➢ Deterioração dos mecanismos de controle e fiscalização. ➢ Disseminação da corrupção. • 2.1. Sem capital e meta para crescimento da capacidade instalada ou melhoria de produtividade a população com nível superior estacionará na faixa de 15 a 20% e maioria da população não terá educação superior no Brasil; • 3.3. Caos, sem autoridades nem sociedade assumindo plenamente suas responsabilidades pela segurança pública e por consequência gera desagregação do tecido social e a ausência de cidadania. Reflexos no aumento da violência e desorganização social, banalizando a vida e a dignidade humana. Refletindo na segurança alimentar, saúde, criança e adolescente e outros aspectos; • 4.1. O congelamento dos recursos para a educação deve ser revisto. Caso isso não ocorra, teremos consequências graves para o desenvolvimento; • 5.1. Sem investimento, aumento defasagem educação X desenvolvimento, resultando em educação sem consistência e consequentemente afilando a base da pirâmide intelectual (status quo). Importância em desigualdades territoriais; • 6.1. Não haverá fomento de projetos sustentáveis no Brasil.



<ul style="list-style-type: none">• 5.3. Haverá Investimento Público com efetividade e Políticas Públicas de Educação aliadas a apropriação pela sociedade. Alteração da pirâmide, decorrente do crescente desenvolvimento intelectual e na formação de cidadão, diminuindo as desigualdades territoriais;• 6.2. Abundância de capitais focados exclusivamente em projetos sustentáveis e ambiente de criação com apropriação da sociedade. Os projetos devem ser economicamente, socialmente e ambientalmente viáveis, com capacidade de execução e gestão, sendo alicerce da estratégia nacional, resultando em um ciclo virtuoso de desenvolvimento;• 7.3. A sociedade e o estado brasileiro amadurecem sua percepção sobre a importância do patrimônio ambiental brasileiro. A partir dessa nova percepção, o patrimônio ambiental é colocado como um dos eixos do projeto de desenvolvimento sustentável e soberano para o Brasil do século XXI;• 8.3. Criar a cultura de catalogar e documentar o patrimônio em suas diversas regiões e formas de manifestações. Promover o desenvolvimento local, considerando o patrimônio material e cultural como recurso econômico e de desenvolvimento sustentável e efetiva participação da comunidade.	<p>educação, maior inclusão escolar, sem preocupação com a qualidade (expansão quantitativa);</p> <ul style="list-style-type: none">• 6.3. Há investimento e fomento ao desenvolvimento criativo, inovador e empreendedor, mas é feito de forma desestruturada, com interesses próprios (ou de determinado grupo em detrimento de um bem maior). Haverá desperdício, sem métricas e sem gestão de resultados, com burocracia;• 7.2. Ocorre melhoria na percepção por parte da sociedade e do estado da preservação do patrimônio ambiental. Entretanto, não ocorre o despertar de como integrar o patrimônio ambiental ao Projeto de desenvolvimento sustentável e soberano para o Brasil do século XXI;• 8.2. Destinar recursos da verba cultural do estado e de fundos provenientes de manifestações artísticas, reduzindo a dependência de verbas externas para a manutenção, preservação, documentação do patrimônio, promovendo à gestão descentralizada e apropriação da população local.	<p>Haverá poucos projetos novos que atendam à sustentabilidade;</p> <ul style="list-style-type: none">• 7.1. Não comprometimento do Poder Público e nem da Sociedade em relação a preservação e uso sustentável do Patrimônio Ambiental. Uso indiscriminado dos recursos naturais sem controle e fiscalização;• 8.1. O patrimônio cultural nacional permanece espaço cativo de grupos de interesse e suas respectivas visões corporativas. Assim a cultura não consegue avançar para a centralidade da agenda política. A sociedade brasileira permanece à margem dessa discussão e carente de um de seus principais vetores de identidade.
---	---	--

Construção dos Cenários Parciais do TEMA 3: Vivência e Responsabilidade Coletiva

TEMA 3: Vivência e Responsabilidade Coletiva				
VARIÁVEIS	HIPÓTESES			
	H1	H2	H3	H4
1 Engajamento político e interesse pelo bem público	1. Maior engajamento político e representatividade de todos os setores da sociedade nas decisões sobre o uso dos bens públicos, com foco no seu valor para o coletivo e seu uso de forma ética. Introdução dessa temática em todos os níveis da educação formal	2. Maior participação de todos os setores da sociedade de forma consultiva nas discussões sobre o uso dos bens públicos; manutenção de uma educação deficitária no aspecto de conscientização da cidadania e dos direitos e deveres de todos	3. Manutenção da corrupção com métodos mais aprimorados; redes sociais com discussões sem construção efetiva de articulação e engajamento; formas modernas de controle e submissão de grande parte da população à estrutura política predominante em detrimento dos bens públicos	
2 Coletividade e bem comum	1. Não há esforços direcionados ao bem comum com retrocesso nas tendências atuais de globalização, fechamento dos mercados dos países desenvolvidos, aumento da concentração de renda, fortalecimento da hierarquização da sociedade e redução dos direitos individuais e sociais.	2. Continuidade dos conflitos entre os diversos atores econômicos, sociais e políticos, gerando modestas conquistas para sociedade.	3. As necessidades econômicas, políticas e sociais dos indivíduos e grupos são priorizadas em todos os planos e níveis de decisão de Estados e Sociedade, buscando o bem-estar coletivo e individual.	
3 Participação social engajada localmente	1. Engajamento às iniciativas do poder público, visando interesses particulares e de grupos específicos da sociedade. Participação popular manifestada através de plebiscitos e voto em representantes, sem poder de decisão nas ações.	2. Engajamento da sociedade desenvolvido através de introdução desse tema como parte do Currículo escolar no nível Fundamental I e II e Ensino Médio. Criação de mecanismos políticos e sociais que propiciem a participação de todos os segmentos da sociedade na tomada de decisão de questões de interesse coletivo.	3. Fortalecimento da participação popular através de articulações impulsionada pelas associações de classe, comunitárias, pastorais e ações com base em Planejamento de Longo Prazo e fortalecimento da participação de todos os segmentos sociais, através da utilização das redes como instrumento de conscientização e democratização.	
4 Programa social como contrapartida de desenvolvimento	1. Diminuição ou extinção dos programas sociais voltados ao desenvolvimento. Estruturas voltadas ao assistencialismo mantendo parte da população vulnerável e dependente da atuação do Estado.	2. Não haverá mudança nas políticas atuais. Os programas sociais assistencialistas serão mantidos e apenas parte da população atendida consegue fortalecer-se contribuindo para o desenvolvimento. Poucos investimentos serão direcionados aos programas sociais voltados para o desenvolvimento do país	3. Participação da sociedade e organizações nas decisões políticas. Programas sociais com evolução e adequação constante as necessidades da sociedade promovendo inclusão econômica, humana, cultural e ambientalmente adequada. Atendimento das necessidades básicas e estruturais da sociedade.	
5 Sociedade menos desigual	1. Maior concentração de renda e benefícios para as classes privilegiadas, atendimento mínimo às necessidades da sociedade e diminuta participação na gestão dos recursos públicos	2. Diminuição da diferença de renda e direcionamento efetivo de verbas para serviços públicos de melhor qualidade	3. Melhoria na qualidade da educação como alicerce para o desenvolvimento sustentável e melhor distribuição de renda. A sociedade passa a exigir infraestrutura e serviços que proporcionem qualidade de vida	
6 Superpopulação - Cidades brasileiras	1. Em função da deficiência da infraestrutura de defesa civil, as cidades estão mais expostas às consequências de uma catástrofe, tais como: epidemias, guerras químicas entre outros.	2. Sacrifício da qualidade de vida da população devido ao crescimento desordenado e desestruturado dos centros urbanos, ampliando construções em locais de riscos sem gestão e planejamento seguindo a lógica da especulação imobiliária.	3. Crescimento e desenvolvimento organizados e sustentáveis dos centros urbanos. Deslocamentos da população dos grandes centros urbanos em busca de melhor qualidade de vida para todos	4. Crescimento moderadamente ordenado e estruturado preponderando à especulação imobiliária
7 Redimensionar e organizar os serviços de saúde	1. Reformulação do acesso e das ações de saúde, implantando um sistema efetivo com recursos e pessoas compatíveis com a demanda, sem politização.	2. O sistema continuará inalterado, dificultando cada vez mais o acesso à saúde pública, mesmo com aumento de recursos, continuando precário, sem igualdade no atendimento.	3. Desestruturação do sistema de saúde em um contexto de corrupção e desvio de recursos reduzindo o potencial assistencial e preventivo da saúde	
8 Reforma da Previdência Social	1. Aumento de benefícios sem contrapartida de receitas com agravamento do desequilíbrio estrutural da Previdência Social, mantendo a diferença entre os servidores públicos e os demais	2. Reformas parciais e paliativas com insatisfação dos beneficiários e adiamento da solução do desequilíbrio estrutural da Previdência Social.	3. Reforma adequada da Previdência Social e transparente com a participação da sociedade. Recuperação da credibilidade e viabilidade do sistema previdenciário	
9 Envelhecimento da população	1. Política social ineficiente incompatível com o envelhecimento da população	2. Sociedade não participativa e algumas conquistas de acolhimento ao idoso	3. Sociedade participativa; manutenção da proteção social onde Estado e família oferecem estrutura para acolhimento do idoso	

Descrição dos Cenários Parciais do TEMA 3: Vivência e Responsabilidade Coletiva

Os cenários parciais construídos, por meio da Análise Morfológica, foram, dentre os possíveis, o cenário parcial desejável e realizável, o cenário parcial intermediário e realizável, cenário parcial desejável e factível, e o cenário parcial não desejável, a partir das hipóteses revistas:

Cenário Parcial Desejável e Realizável do Tema 3 (1.1; 2.3; 3.3; 4.3; 5.3; 6.3; 7.1; 8.3 e 9.3)	Cenário Parcial Intermediário e Realizável do Tema 3. (1.2; 2.2; 3.2; 4.2; 5.2; 6.4; 7.2; 8.2 e 9.2)	Cenário Parcial Não Desejável do Tema 3 (1.3; 2.1; 3.1; 4.1; 5.1; 6.2; 7.3; 8.1 e 9.1)
<ul style="list-style-type: none"> • 1.1. Maior engajamento político e representatividade de todos os setores da sociedade nas decisões sobre o uso dos bens públicos, com foco no seu valor para o coletivo e seu uso de forma ética. Introdução dessa temática em todos os níveis da educação formal; • 2.3. As necessidades econômicas, políticas e sociais dos indivíduos e grupos são priorizadas em todos os planos e níveis de decisão de Estados e Sociedade, buscando o bem-estar coletivo e individual; • 3.3. Fortalecimento da participação popular através de articulações impulsionada pelas associações de classe, comunitárias, pastorais e ações com base em Planejamento de Longo Prazo e fortalecimento da participação de todos os segmentos sociais, através da utilização das redes como instrumento de conscientização e democratização; • 4.3. Participação da sociedade e organizações nas decisões políticas. Programas sociais com evolução e adequação constante as necessidades da sociedade promovendo inclusão econômica, humana, cultural e ambientalmente adequada. Atendimento das necessidades básicas e estruturais da sociedade; • 5.3. Melhoria na qualidade da educação como alicerce para o desenvolvimento sustentável e melhor distribuição de renda. A sociedade passa a exigir infraestrutura e serviços que proporcionem qualidade de vida; • 6.3. Crescimento e desenvolvimento organizados e sustentáveis dos centros urbanos. Deslocamentos da população grandes centros urbanos em busca de melhor qualidade de vida para todos. • 7.1. Reformulação do acesso e das ações de saúde, implantando um sistema efetivo com recursos e pessoas compatíveis com a demanda, sem politização; 	<ul style="list-style-type: none"> • 1.2. Maior participação de todos os setores da sociedade de forma consultiva nas discussões sobre o uso dos bens públicos; manutenção de uma educação deficitária no aspecto de conscientização da cidadania e dos direitos e deveres de todos; • 2.2. Continuidade dos conflitos entre os diversos atores econômicos, sociais e políticos, gerando modestas conquistas para sociedade; • 3.2. Engajamento da sociedade desenvolvido através de introdução desse tema como parte do Currículo escolar no nível Fundamental I e II e Ensino Médio. Criação de mecanismos políticos e sociais que propiciem a participação de todos os segmentos da sociedade na tomada de decisão de questões de interesse coletivo; • 4.2. Não haverá mudança nas políticas atuais. Os programas sociais assistencialistas serão mantidos e apenas parte da população atendida consegue fortalecer-se contribuindo para o desenvolvimento. Poucos investimentos serão direcionados aos programas sociais voltados para o desenvolvimento do país; • 5.2. Diminuição da diferença de renda e direcionamento efetivo de verbas para serviços públicos de melhor qualidade; • 6.4. Crescimento moderadamente ordenado e estruturado preponderando a especulação imobiliária • 7.2. O sistema continuará inalterado, dificultando cada vez mais o acesso à saúde pública, mesmo com aumento de recursos, continuando precário, sem igualdade no atendimento; • 8.2. Reformas parciais e paliativas com insatisfação dos 	<ul style="list-style-type: none"> • 1.3. Manutenção da corrupção com métodos mais aprimorados; redes sociais com discussões sem construção efetiva de articulação e engajamento; formas modernas de controle e submissão de grande parte da população à estrutura política predominante em detrimento dos bens públicos; • 2.1. Não há esforços direcionados ao bem comum com retrocesso nas tendências atuais de globalização, fechamento dos mercados dos países desenvolvidos, aumento da concentração de renda, fortalecimento da hierarquização da sociedade e redução dos direitos individuais e sociais; • 3.1. Engajamento às iniciativas do poder público, visando interesses particulares e de grupos específicos da sociedade. Participação popular manifestada através de plebiscitos e voto em representantes, sem poder de decisão nas ações; • 4.1. Diminuição ou extinção dos programas sociais voltados ao desenvolvimento. Estruturas voltadas ao assistencialismo mantendo parte da população vulnerável e dependente da atuação do Estado; • 5.1. Maior concentração de renda e benefícios para as classes privilegiadas, atendimento mínimo às necessidades da sociedade e diminuta participação na gestão dos recursos públicos; • 6.2. Sacrifício da qualidade de vida da população devido ao crescimento desordenado e desestruturado dos centros urbanos, ampliando construções em locais de riscos sem gestão e planejamento seguindo a lógica da especulação imobiliária. • 7.3. Desestruturação do sistema de saúde em um contexto de corrupção e desvio de recursos reduzindo o potencial assistencial e preventivo da saúde;

<ul style="list-style-type: none"> • 8.3. Reforma adequada da Previdência Social e transparente com a participação da sociedade. Recuperação da credibilidade e viabilidade do sistema previdenciário; • 9.3. Sociedade participativa; manutenção da proteção social onde oferecem estrutura para acolhimento do idoso. 	<p>beneficiários e adiamento da solução do desequilíbrio estrutural da Previdência Social;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 9.2. Sociedade não participativa e algumas conquistas de acolhimento ao idoso. 	<ul style="list-style-type: none"> • 8.1. Aumento de benefícios sem contrapartida de receitas com agravamento do desequilíbrio estrutural da Previdência Social, mantendo a diferença entre os servidores públicos e os demais; • 9.1. Política social ineficiente incompatível com o envelhecimento da população.
---	---	--

Construção dos Cenários Parciais do TEMA 4: Economia, Política e Infraestrutura

TEMA 4: Economia, Política e Infraestrutura

VARIÁVEIS	HIPÓTESES			H4
	H1	H2	H3	
1 Estabilidade política e econômica	1. Ausência de transparência nos processos, acarretando a falta de estabilidade econômica e política	2. Baixa participação social na economia e na política. Desemprego, ampliando a desigualdades sociais com políticas de econômicas ineficientes e instáveis.	3. Maior apropriação pela sociedade das decisões políticas e econômicas	4. Haverá novos arranjos (inovação, parcerias, modelos, etc) que irão permitir novas formas para desenvolvimento da Economia e Implantação de Política de Estado para atingir estabilidade
2 Infraestrutura Deficitária	1. Há pouco investimento de forma desestruturada com interesses setoriais e com margem à corrupção	2. Redução de investimento, distanciando a competitividade do Brasil no mercado internacional	3. Há investimento e apoio, com transparência, planejamento efetivo e envolvimento da sociedade, minimizando as diferenças regionais	
3 Política industrial	1. Não haverá estratégia de desenvolvimento Industrial o que levará o país a uma desindustrialização precoce	2. A Política industrial seguirá o ritmo e mecanismos atuais e haverá pouca evolução no cenário industrial com desnacionalização das suas indústrias	3. A Política Macroeconômica e a Industrial terão diretrizes consonantes alinhadas com a estratégia de desenvolvimento Nacional com governança dos principais atores do país: sociedade, instâncias de governo, institutos de inovação, academia, parques tecnológicos e iniciativa privada, aproveitando a diversidade de recursos e outras oportunidades	
4 Empresas	1. A crise que estamos vivendo deve piorar devido à manutenção de uma cultura empresarial dependente do estado (+fechamentos das empresas, inadimplência, redução de arrecadação, +greves, ampliação de uso de tecnologia automatizada com redução de vagas, fugas das empresas multinacionais do Brasil, etc)	2. Mudança lentas: as corporações vão continuar dominando (sindicatos, greves, benefícios conquistados por segmentos específicos, ineficiência nos processos, etc). A evolução das empresas ocorrerá lentamente	3. Adaptação aos novos tempos de forma gradativa e estruturada, com adoção mais rápida e mais consciente. Ampliação do nível educacional e estabelecimento das demandas com desenvolvimento de competências técnicas de forma regionalizada, estabelecendo os pontos fortes de cada região de forma equilibrada. Aparecimento de movimentos de ruptura contra os modelos antigos	4. Exploração das organizações internacionais e dos interesses de grupos específicos, causando redução das empresas de capital estritamente nacional.
5 Sistema Tributário Nacional (STN)	1. Não ocorre a reforma do STN permanece como está. Nesta hipótese, permanecendo o desequilíbrio financeiro, com o Estado mostrando-se incapaz de implantar um ordenamento tributário justo	2. Aumenta o montante de tributos pagos. A gestão pública se deteriora e aprofunda o desequilíbrio financeiro, gerando demanda por novas receitas. O Estado mostra-se incapaz de implantar um ordenamento tributário justo	3. Não ocorrer a reforma do STN. Os gastos diminuem de forma significativa como resultados de uma gestão mais eficiente, considerando melhoria nas estruturas do Estado em seus diversos níveis e ainda criando espaço para redução da carga tributária. Aperfeiçoamento de mecanismos de controle e fiscalização	4. A partir da apropriação da sociedade ocorrerá a reforma do STN. Isto gerará maior transparência do montante arrecadado e sua utilização, permitindo a compreensão dos benefícios gerados e o incentivo à redução da sonegação.
6 Sistema de Informação Territorial Acessível	1. Não haverá investimentos em pessoal para continuo desenvolvimento de produtos e processos na área de TIC comprometendo a manutenção do INDE e da PNOT	2. Haverá investimentos em tecnologia da informação territorial. Contudo, não haverá o compartilhamento e a disseminação dos dados de maneira que possam ser facilmente localizados, explorados e acessados para os mais diversos usos conforme o INDE. Conseqüentemente, não haverá adesão e apropriação pelos usuários comuns das informações territoriais georreferenciadas prejudicando a evolução da PNOT	3. Haverá investimentos suportando uma ampla política de divulgação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), conforme legislação em vigor. O interessado terá facilidade na obtenção de dados a exemplo de: hidrografia, pedologia, recuperação e controle de processos erosivos, riscos geológicos e informações de geoserviços. Adicionalmente, haverá uma efetiva implantação da PNOT	

<p>7 Defesa Nacional e Base Industrial de Defesa</p>	<p>1. O Brasil consegue retomar o desenvolvimento sustentável, permitindo eventualmente elevar o investimento em defesa para padrões da OTAN. No entanto, por falta de apoio na sociedade, uma capacidade crível de dissuasão estratégica não é atingida. Além disso, as vendas externas e as encomendas internas à BID são intermitentes, dificultando a sua consolidação.</p>	<p>2. O Brasil não consegue retomar taxas consistentes de desenvolvimento, não criando condições para elevar o gasto de defesa conforme padrões da OTAN, inviabilizando o fortalecimento da BID, tornando-se incapaz de criar um sistema de defesa nacional crível; o país permanece refém de um aparato de defesa multilateral que não garante seus interesses estratégicos. Não há integração junto à sociedade</p>	<p>3. O Brasil retoma lentamente seu desenvolvimento sustentável e, a partir de uma maior aproximação das forças armadas da sociedade e da reestruturação do sistema político. A sociedade percebe o risco de não possuir um aparato de defesa que produza uma capacidade crível de dissuasão estratégica. Assim, o investimento em defesa alcança padrões da OTAN, permitindo encomendas consistentes à BID</p>	
<p>8 Apoio e instituições voltadas ao empreendedorismo</p>	<p>1. Não haverá capital nem apoio, ocasionando fuga de empreendedores (financeiros e intelectuais) a procura de países que facilitem e incentivem o desenvolvimento.</p>	<p>2. Haverá capital e apoio, mas interesse de grupos específicos ocasionará aumento das desigualdades</p>	<p>3. Haverá capital e apoio de forma planejada e estruturada, com o fomento do empreendedorismo e da inovação criativa, ocasionando a redução das diferenças regionais</p>	<p>4. Falta de sustentabilidade: investimentos apenas na dimensão financeira</p>
<p>9 Diversificação da pauta de exportação e desenvolvimento dos setores produtivos</p>	<p>1. Manutenção de um modelo agroexportador, com base em commodities e produtos manufaturados de baixo valor agregado. Agenda econômica de austeridade, sem investimento para o dinamismo do parque produtivo brasileiro aliado a gestão pública não efetiva</p>	<p>2. Mesmo com uma economia baseada em produtos de baixo valor agregado, o cenário internacional pode produzir aumento de demanda de setores produtivos exportadores</p>	<p>3. Uma política nacional participativa em favor do dinamismo da indústria nacional, sobretudo quanto a bens e serviços, com gestão efetiva de câmbio e taxa de juros, com fortalecimento e ordenamento produtivo regional; acesso a novos mercados e ampliação do potencial criativo técnico e tecnológico da sociedade.</p>	
<p>10 Dependência Tecnológica e Competitividade de setores de alto valor agregado</p>	<p>1. Continuará um sistema nacional de CTI fechado, sociedade excluída, onde o IPTF continuará caindo; não haverá novos Parques Tecnológicos. O país não conseguirá se desenvolver em CTI</p>	<p>2. Dificuldades: de mobilização da sociedade para SNCTI; da inter e transdisciplinaridade; de Parques Tecnológicos em territórios de baixo IDHM. Porém, o IPTF melhora, tendo disseminado no Brasil o empreendedorismo</p>	<p>3. Sociedade está integrada no SNCTI, o IPTF igual a 1, e novos Parques Tecnológicos de baixo IDHM. A sociedade cria formas para que o Brasil em 2035 seja competitivo nos setores com alto valor agregado</p>	<p>4. Sociedade está integrada no SNCTI, o IPTF igual a 1, e novos Parques Tecnológicos de baixo IDHM. A sociedade cria formas para que o Brasil em 2035 seja competitivo em alguns setores com alto valor agregado</p>

Descrição dos Cenários Parciais do TEMA 4: Economia, Política e Infraestrutura

Os cenários parciais construídos, por meio da Análise Morfológica, foram, dentre os possíveis, o cenário parcial desejável e realizável, o cenário parcial intermediário e realizável, cenário parcial desejável e factível, e o cenário parcial não desejável, a partir das hipóteses revistas:

Cenário Parcial Desejável e Realizável do Tema 4 (1.3; 2.3; 3.3; 4.3; 5.4; 6.3; 7.3; 8.3, 9.3 e 10.3)	Cenário Parcial Intermediário e Realizável do Tema 4. (1.4; 2.3; 3.2; 4.2; 5.3; 6.2; 7.1; 8.2 e 9.2 e 10.2)	Cenário Parcial Não Desejável do Tema 4 (1.1; 2.1; 3.1; 4.1; 5.2; 6.1; 7.2; 8.1, 9.1 e 10.1)	Cenário Parcial Desejável e Factível do Tema 4 (1.3; 2.3; 3.3; 4.3; 5.4; 6.3; 7.3; 8.3, 9.3 e 10.4)
<ul style="list-style-type: none"> • 1.3. Maior apropriação pela sociedade das decisões políticas e econômicas; • 2.3. Há investimento e apoio, com transparência, planejamento efetivo e envolvimento da sociedade, minimizando as diferenças regionais; • 3.3. A Política Macroeconômica e a Industrial terão diretrizes consonantes alinhadas com a estratégia de desenvolvimento Nacional com governança dos principais atores do país: sociedade, instâncias de governo, institutos de inovação, academia, parques tecnológicos e iniciativa privada, aproveitando a diversidade de recursos e outras oportunidades; • 4.3. Adaptação aos novos tempos de forma gradativa e estruturada, com adoção mais rápida e mais consciente. Ampliação do nível educacional e estabelecimento das demandas com desenvolvimento de competências técnicas de forma regionalizada, estabelecendo os pontos fortes de cada região de forma equilibrada. Aparecimento de movimentos de ruptura 	<ul style="list-style-type: none"> • 1.4. Haverá novos arranjos (inovação, parcerias, modelos, etc) que irão permitir novas formas para desenvolvimento da Economia e Implantação de Política de Estado para atingir estabilidade; • 2.3. Há investimento e apoio, com transparência, planejamento efetivo e envolvimento da sociedade, minimizando as diferenças regionais; • 3.2. A Política industrial seguirá o ritmo e mecanismos atuais e haverá pouca evolução no cenário industrial com desnacionalização das suas indústrias; • 4.2. Mudanças lentas: as corporações vão continuar dominando (sindicatos, greves, benefícios conquistados por segmentos específicos, ineficiência nos processos, etc). A evolução das empresas ocorrerá lentamente; • 5.3. Não ocorrer a reforma do STN. Os gastos diminuem de forma significativa como resultados de uma gestão mais eficiente, considerando melhoria nas estruturas do Estado em seus diversos níveis e ainda criando espaço para redução da carga tributária. Aperfeiçoamento de mecanismos de controle e fiscalização; 	<ul style="list-style-type: none"> • 1.1. Ausência de transparência nos processos, acarretando a falta de estabilidade econômica e política; • 2.1. Há pouco investimento de forma desestruturada com interesses setoriais e com margem à corrupção; • 3.1. Não haverá estratégia de desenvolvimento Industrial o que levará o país a uma desindustrialização precoce; • 4.1. A crise que estamos vivendo deve piorar devido à manutenção de uma cultura empresarial dependente do estado (+fechamentos das empresas, inadimplência, redução de arrecadação, +greves, ampliação de uso de tecnologia automatizada com redução de vagas, fugas das empresas multinacionais do Brasil, etc); • 5.2. Aumenta o montante de tributos pagos. A gestão pública se deteriora e aprofunda o desequilíbrio financeiro, gerando demanda por novas receitas. O Estado mostra-se incapaz de implantar um ordenamento tributário justo; • 6.1. Não haverá investimentos em pessoal para contínuo desenvolvimento de 	<ul style="list-style-type: none"> • 1.3. Maior apropriação pela sociedade das decisões políticas e econômicas; • 2.3. Há investimento e apoio, com transparência, planejamento efetivo e envolvimento da sociedade, minimizando as diferenças regionais; • 3.3. A Política Macroeconômica e a Industrial terão diretrizes consonantes alinhadas com a estratégia de desenvolvimento Nacional com governança dos principais atores do país: sociedade, instâncias de governo, institutos de inovação, academia, parques tecnológicos e iniciativa privada, aproveitando a diversidade de recursos e outras oportunidades; • 4.3. Adaptação aos novos tempos de forma gradativa e estruturada, com adoção mais rápida e mais consciente. Ampliação do nível educacional e estabelecimento das demandas com desenvolvimento de competências técnicas de forma regionalizada, estabelecendo os pontos fortes de cada região de forma equilibrada. Aparecimento de movimentos de ruptura

<p>contra os modelos antigos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5.4. A partir da apropriação da sociedade ocorrerá a reforma do STN. Isto gerará maior transparência do montante arrecadado e sua utilização, permitindo a compreensão dos benefícios gerados e o incentivo à redução da sonegação; • 6.3. Haverá investimentos suportando uma ampla política de divulgação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), conforme legislação em vigor. O interessado terá facilidade na obtenção de dados a exemplo de: hidrografia, pedologia, recuperação e controle de processos erosivos, riscos geológicos e informações de geoserviços. Adicionalmente, haverá uma efetiva implantação da PNOT; • 7.3. O Brasil retoma lentamente seu desenvolvimento sustentável e, a partir de uma maior aproximação das forças armadas da sociedade e da reestruturação do sistema político. A sociedade percebe o risco de não possuir um aparato de defesa que produza uma capacidade crível de dissuasão estratégica. Assim, o investimento em defesa alcança padrões da OTAN, permitindo encomendas consistentes à BID; • 8.3. Haverá capital e apoio de forma planejada e estruturada, com o fomento do 	<ul style="list-style-type: none"> • 6.2. Haverá investimentos em tecnologia da informação territorial. Contudo, não haverá o compartilhamento e a disseminação dos dados de maneira que possam ser facilmente localizados, explorados e acessados para os mais diversos usos conforme o INDE. Consequentemente, não haverá adesão e apropriação pelos usuários comuns das informações territoriais georreferenciadas prejudicando a evolução da PNOT; • 7.1. O Brasil consegue retomar o desenvolvimento sustentável, permitindo eventualmente elevar o investimento em defesa para padrões da OTAN. No entanto, por falta de apoio na sociedade, uma capacidade crível de dissuasão estratégica não é atingida. Além disso, as vendas externas e as encomendas internas à BID são intermitentes, dificultando a sua consolidação; • 8.2. Haverá capital e apoio, mas interesse de grupos específicos ocasionará aumento das desigualdades; • 9.2. Mesmo com uma economia baseada em produtos de baixo valor agregado, o cenário internacional pode produzir aumento de demanda de setores produtivos exportadores. • 10.2. Dificuldades: de mobilização da sociedade para SNCTI; de inter e transdisciplinaridade; de Parques Tecnológicos em territórios de baixo IDHM. Porém, o IPTF melhora, tendo disseminado no Brasil o empreendedorismo. 	<p>produtos e processos na área de TIC comprometendo a manutenção do INDE e da PNOT;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 7.2. O Brasil não consegue retomar taxas consistentes de desenvolvimento, não criando condições para elevar o gasto de defesa conforme padrões da OTAN, inviabilizando o fortalecimento da BID, tornando-se incapaz de criar um sistema de defesa nacional crível; o país permanece refém de um aparato de defesa multilateral que não garante seus interesses estratégicos. Não há integração junto à sociedade; • 8.1. Não haverá capital nem apoio, ocasionando, fuga de empreendedores (financeiros e intelectuais) a procura de países que facilitem e incentivem o desenvolvimento; • 9.1. Manutenção de um modelo agroexportador, com base em commodities e produtos manufaturados de baixo valor agregado. Agenda econômica de austeridade, sem investimento para o dinamismo do parque produtivo brasileiro aliado a gestão pública não efetiva; • 10.1. Continuará um sistema nacional de CTI fechado, sociedade excluída, onde o IPTF continuará caindo; não haverá novos Parques Tecnológicos. O país não conseguirá se desenvolver em CTI. 	<p>contra os modelos antigos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5.4. A partir da apropriação da sociedade ocorrerá a reforma do STN. Isto gerará maior transparência do montante arrecadado e sua utilização, permitindo a compreensão dos benefícios gerados e o incentivo à redução da sonegação; • 6.3. Haverá investimentos suportando uma ampla política de divulgação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), conforme legislação em vigor. O interessado terá facilidade na obtenção de dados a exemplo de: hidrografia, pedologia, recuperação e controle de processos erosivos, riscos geológicos e informações de geoserviços. Adicionalmente, haverá uma efetiva implantação da PNOT; • 7.3. O Brasil retoma lentamente seu desenvolvimento sustentável e, a partir de uma maior aproximação das forças armadas da sociedade e da reestruturação do sistema político. A sociedade percebe o risco de não possuir um aparato de defesa que produza uma capacidade crível de dissuasão estratégica. Assim, o investimento em defesa alcança padrões da OTAN, permitindo encomendas consistentes à BID; • 8.3. Haverá capital e apoio de forma planejada e estruturada, com o fomento do
---	--	---	---

<p>empreendedorismo e da inovação criativa, ocasionando a redução das diferenças regionais;</p> <ul style="list-style-type: none">• 9.3. Uma política nacional participativa em favor do dinamismo da indústria nacional, sobretudo quanto a bens e serviços, com gestão efetiva de câmbio e taxa de juros, com fortalecimento e ordenamento produtivo regional; acesso a novos mercados e ampliação do potencial criativo técnico e tecnológico da sociedade.• 10.3. Sociedade está integrada no SNCTI, o IPTF igual a 1, e novos Parques Tecnológicos de baixo IDHM. A sociedade cria formas para que o Brasil em 2035 seja competitivo nos setores com alto valor agregado.			<p>empreendedorismo e da inovação criativa, ocasionando a redução das diferenças regionais;</p> <ul style="list-style-type: none">• 9.3. Uma política nacional participativa em favor do dinamismo da indústria nacional, sobretudo quanto a bens e serviços, com gestão efetiva de câmbio e taxa de juros, com fortalecimento e ordenamento produtivo regional; acesso a novos mercados e ampliação do potencial criativo técnico e tecnológico da sociedade;• 10.4. Sociedade está integrada no SNCTI, o IPTF igual a 1, e novos Parques Tecnológicos de baixo IDHM. A sociedade cria formas para que o Brasil em 2035 seja competitivo em alguns setores com alto valor agregado.
---	--	--	---